



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº Solene II

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 08 DE MARÇO DE 2004

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição	Durval Amaral
PTB.....	Carlos Simões
PFL.....	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB.....	Antonio Anibelli
PPB.....	Duílio Genari
PT	Elton Carlos Welter
PDT	Neivo Beraldin
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Chico Noroeste
PPS.....	Marcos Isfer
PSB	Doutor Luciano

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Tureck - Nelson Garcia (em licença) - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari (em licença) - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês (em licença) - Felipe Lucas - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA SESSÃO SOLENE
DE OUTORGA DO TÍTULO DE
CIDADÃO HONORÁRIO DO
ESTADO DO PARANÁ,
AO MINISTRO DO
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
SR. MARCO AURÉLIO MENDES
DE FARIAS MELLO
REALIZADA EM
8 DE MARÇO DE 2004**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Alexandre Curi e Chico Noroeste.

Às dezessete horas minutos foi registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Felipe Lucas, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marco Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite. Presentes ainda inúmeras autoridades civis, militares, eclesiásticas, representantes do Corpo Consular e demais convidados.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, declaro aberta a presente

SESSÃO SOLENE,

de outorga do Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao ministro do Supremo Tribunal Federal, Exmo. Sr. Marco Aurélio Mendes de Farias Mello.

Tenho a honra de convidar os deputados Francisco Bühner e Dobrandino da Silva para se dirigirem até o Salão Nobre para conduzirem o ministro a este Plenário.

Esta Presidência tem a satisfação de anunciar a composição da Mesa.

Exmo. Sr. Hermes Eurídes Brandão, presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Exmo. Sr. ministro do Supremo Tribunal Federal, Marco Aurélio Mendes de Farias Mello, homenageado; Exmo. Sr. Caíto Quintana, secretário chefe da Casa Civil, representando o Exmo. Sr. Roberto Requião governador do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Sérgio Botto de Lacerda, Procurador Geral do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Fernando Eizo Ono, presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região; Exmo. Sr. Henrique Naigeboren, presidente do Tribunal de Contas do Paraná; Exma. Sra. Maria Tereza Ville, procuradora Geral da Justiça; Exma. Sra. Morgana de Almeida Richa, juíza presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho da 9ª Região; Exmo. Sr. deputado Alexandre Curi, 1º secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Exmo. Sr. deputado Chico Noroeste, 2º secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Convido os presentes a ouvirem o Hino Nacional Brasileiro a ser cantado pelo Coral do Paraná e executado pela Banda de Música da Polícia Militar do Paraná.

(Executa-se o Hino Nacional)

Esta Presidência tem a mais elevada satisfação em convidar o Exmo. Sr. deputado Durval Amaral, para saudar o nosso homenageado, senhor ministro Marco Aurélio Mendes de Farias Mello, em nome deste Poder Legislativo.

O SR. DURVAL AMARAL

Exmo. Sr. presidente da Assembléia Legislativa Hermas Brandão; Sr. ministro do Supremo Tribunal Federal Marco Aurélio Mendes de Farias Mello, homenageado; Exmo. Sr. Caíto Quintana, chefe da Casa Civil, representando o Exmo. Sr. governador Roberto Requião; Exmo. Sr. Otto Sponholz - presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná; Sr. Sérgio Botto de Lacerda, procurador Geral do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Fernando Eizo Ono, presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região; Exmo. Sr. Henrique Naigeboren, presidente do Tribunal de Contas do Paraná; Exma. Sra. Morgana de Almeida Richa, juíza Presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho da 9ª Região; Exma. Sra. Maria Teresa Ville - procuradora Geral de Justiça do Estado do Paraná, Exmos. Srs. deputados Alexandre Curi; Chico Noroeste; Exmo. Sr. Presidente; Exmo. Sr. ministro Marco Aurélio Mendes Farias de Mello.

Sinto-me honrado, nesta tarde, com a delegação que recebi do presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, deputado Hermas Brandão, autor da homenagem que prestamos hoje ao ministro Marco Aurélio Mendes de Farias Mello, do Supremo Tribunal Federal.

Incumbiu-me o senhor presidente Hermas Brandão e, em seu nome e em nome da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, fazer a saudação ao nosso homenageado, justamente agraciado com o título de Cidadão Honorário do Paraná.

É praxe, nestes momentos nos quais esta Casa torna oficial o reconhecimento do povo do Paraná às personalidades distinguidas com a Cidadania Honorária, que façamos um breve relato sobre o currículo do homenageado.

E a brevidade com que nos referimos à história de vida do ministro Marco Aurélio de Mello deve-se unicamente ao nosso compromisso de não cansá-los.

(Lê):

“Entretanto, alguns registros são imprescindíveis para que possamos compreender melhor a grande contribuição que o nosso homenageado vem dando à consolidação da democracia brasileira, do pleno Estado de Direito e ao império das leis.

O ministro Marco Aurélio de Mello nasceu na cidade do Rio de Janeiro, tem 57 anos e é casado com a Dra. Sandra de Santis Mendes de Farias Mello, desembargadora do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

São quatro os filhos do casal: Letícia, Renata, Cristina e Eduardo Affonso.

O ministro Marco Aurélio de Mello bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1973.

Em 1982, conclui o Mestrado em Direito Privado, na mesma Universidade.

Depois, atuou como advogado no Rio de Janeiro e integrou o Ministério Público junto à Justiça do Trabalho da Primeira Região, no período de 1975 a 1978.

O ingresso na magistratura deu-se em 1978, como juiz do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região.

Em 1981 foi nomeado ministro do Tribunal Superior do Trabalho, onde permaneceu até 1990.

Em 28 de maio de 1990 foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal, onde tomou posse em 13 de junho do mesmo ano, na vaga do ministro Carlos Madeira.

Escolhido pelo STF, integrou o Tribunal Superior Eleitoral onde foi vice-presidente e presidente, no período de 1991 a 1997. Eleito vice-presidente do Supremo Tribunal Federal em 1999, chegou à presidência da mais alta Corte do País em 31 de maio de 2001.

Como presidente do Supremo Tribunal Federal, ocupou o cargo de presidente da República em três oportunidades, durante viagens do então presidente Fernando Henrique Cardoso ao exterior.

No exercício da Presidência da República, teve a honra de sancionar a Lei 10.461, que criou a TV Justiça, um canal importantíssimo para a divulgação de decisões e notícias do Judiciário.

Como professor universitário, o ministro Marco Aurélio de Mello integra desde 1982 o quadro docente da

Faculdade de Estudos Sociais Aplicados da Universidade de Brasília e do Curso de Pós-Graduação *latu sensu* em Direito Processual Civil do Centro Universitário de Brasília.

Falo, agora senhoras e senhores, da missão de juiz.

E ao fazê-lo, falo de liberdade, de direito, de paixão, de apostolado

A aplicação do Direito é, antes de tudo, uma questão de subsunção do fato à norma.

Há que se verificar a conformação do fato à regra jurídica, num trabalho não raro insano, de verdadeira garimpagem que, como tal, não deve começar pelas altitudes da hipótese, mas pelo exame atento do terreno fático.

No nascedouro da norma se posta o legislador quase deificado pela consagração popular.

Já disse alguém, com certo exagero, que “basta uma penada do legislador para que bibliotecas inteiras venham abaixo”.

Ao fazer as normas o legislador deve ter o mesmo cuidado do juiz ao aplicá-las. Pois às vezes vêm abaixo não só bibliotecas, mas fortunas, vidas, liberdades, estruturas econômicas e até nações inteiras.

Justificável, pois, nesse terreno, cuidado extremo.

Victor Nunes Leal exorta os legisladores a lidarem com os projetos de lei com mesmo cuidado com que se manipula explosivos, pois, a imprevisão ou a imperícia poderá ter conseqüência desastrosas.

E ainda que a norma jurídica seja imperfeita, cabe ao juiz aplicá-la.

Portanto, justíssimo que as Casas Legislativas homenageiem os grandes juízes.

Pois, aqui na terra, a exemplo de Deus, no plano divino, compete aos juízes a missão de julgar seus semelhantes...

Sempre conscientes de que por trás da letra fria da norma, pulsa a vida.

O que é nato em julgadores da estirpe do homenageado:

A linguagem do Direito há de conformar-se aos rigores da técnica jurídica. Mas sem desprezo à clareza, à transparência e ao ritmo melodioso da poesia. As palavras, para o professor, para o advogado, para os operadores do Direito, e em especial para o julgador, são feitas para persuadir, demover. Não basta a sintaxe. Não basta a ortografia. Não basta a semântica. É preciso a paixão.

A paixão bem direcionada é uma energia poderosa a serviço da causa da humanidade.

É a paixão, ou são as paixões, mais que o amor, a energia essencial que move o mundo. Há paixões menores. Mas há paixões redentoras, como a da liberdade, a da justiça, a do direito e a da defesa da ordem jurídica.

A paixão pelo Direito e sobretudo pela ordem constitucional transparece nos pronunciamentos e nos votos do homenageado.

O juiz há de ser sempre imparcial, mas às vezes é preciso prudência, e às vezes ousadia para não se deixar

influenciar pela mídia, pela opinião pública e pelos detentores do poder econômico ou político.

No Poder Legislativo, o ideal seria que o parlamentar ao gestar as leis, estivesse iluminado. E que estas resultassem claras como água da fonte, límpidas como o azul celeste e luninosas como manhãs primaveris nos trópicos.

E ainda que assim fosse haveria interpretações diversificadas.

Pois o direito é uma técnica e suas interpretações dependem muitas vezes do critério adotado pelo intérprete.

O advogado tem o dever da parcialidade no interesse do cliente.

Mas o que norteia o juiz é a imparcialidade, a equidistância dos fatos, o sopesamento dos pratos da balança visando à resolução de conflitos de interesses;

Justo que o legislador homenageie os grandes juízes.

O legislador tem a missão da feitura das leis.

Cabe ao juiz dizer de seu real alcance, ou de sua validade, ou compatibilidade com a ordem jurídica.

Ao juiz cabe aplicá-las ao caso concreto, aos cidadãos e aos governantes, o cumprimento das decisões emanadas do Poder Judiciário.

Quando isto não acontece instala-se o caos institucional, fragilizando o Estado de Direito, colocando em risco a segurança de toda a sociedade.

Voltemos ao homenageado e a paixão serena que move o mundo.

As vésperas de uma decisão tormentosa, a imprensa abordou o ministro Marco Aurélio, como querendo antecipar seu voto.

E o homenageado respondeu:

‘Não posso antecipar meu voto... mas votarei na defesa da ordem constitucional, AINDA QUE A CASA CAIA’.

Isto nos dá bem a idéia da genialidade, da coragem e do desassombro do jurista, o ministro Marco Aurélio.

E consideremos que as maiores criações do homem, na sua aventura pela terra, são o Estado e o Direito. Este é o guardião da ordem, aquele é a fonte do Direito. O Direito é antes de tudo regra de convívio social e de estruturação do Estado, e por extensão da sociedade como um todo.

Abolis o Direito e terás o caos e a barbárie.

A missão de dizer o direito aplicável ao caso concreto é prerrogativa do judiciário.

E as supremas Cortes são as guardiãs da ordem Constitucional.

Justo, pois, que homenageemos nossos juízes, e em especial aqueles que se destacam na defesa intransigente da Carta Maior.

Mas, o jurista e o legislador não podem esquecer jamais que ‘Por trás da letra fria da norma palpita a vida’: supremo valor humano, supremo bem jurídico.

ministro Marco Aurélio, creio que lhe aguarda insano trabalho, na preservação da Federação, do Estado de Direito, na garantia da independência do Poder Judiciário...

Estão em curso Reformas Constitucionais. Como a Reforma Tributária, por exemplo, a Constituição sai arranhada.

Atinge-se cláusulas pétreas, inclusive a maior delas que é também o maior princípio constitucional, o da Federação que consiste, em síntese, na partilha de poder entre União, Estados e Municípios.

Com a Reforma Tributária já em fase de conclusão no Congresso Nacional o Poder Legislativo Estadual sofre significativo “*capitis diminutio*”, o que afronta o núcleo das cláusulas pétreas.

O artigo 60, parágrafo 4º da Constituição Federal prescreve que não pode ser objeto de deliberação emenda tendente a abolir ou fragilizar a federação.

E resta claro que retirar competências ou poderes dos Estados para centralizá-los na União fragiliza as federação.

Segundo a reforma, o novo ICMS será regido por lei complementar, editada pelo Congresso Nacional.

Restará às Assembléias Legislativa o papel de meras homologadoras da legislação federal.

Os Estados, titulares do imposto, não poderão fazer nada, não terão competência sequer para editar portarias.

Afronta-se o equilíbrio federativo.

O STF, em inúmeras decisões em sede de ADIN’s, tem reconhecido as cláusulas pétreas como limite do poder Constituinte derivado.

Preocupa-nos a ânsia reformadora que atinge direitos adquiridos e que fere o pacto federativo estabelecido pelo Constituinte de 1988.

Mas indaguemos, por derradeiro:

Por que as nações precisam de juízes que defendam intransigentemente a ordem constitucional????

Por que as cláusulas pétreas das Constituições só podem ser modificadas por novas Assembléias Nacionais Constituintes?

Por que os juízes e os cidadãos devem se levantar em defesa do Direito como um todo e em especial em defesa da ordem constitucional?

Não encontro melhor resposta, nem mais bela e mais intuitiva do que nestas palavras do poeta Maiakovski, tão citado nas horas de grande perigo:

‘Na primeira noite

Eles se aproximam

E colhem uma flor de nosso jardim.

E não dizemos nada.

Na segunda noite,

Já não se escondem:

Pisam as flores,

Matam o nosso cão.

E não dizemos nada.

Até que um dia,
O mais frágil deles,
Entra sozinho em nossa casa,
Rouba-nos a lua e,
Conhecendo o nosso medo,
Arranca-nos a voz da garganta,
E porque não dissemos nada
Já não podemos dizer nada.’
Reajamos agora,
Em defesa do federalismo brasileiro,
Incendiemos a nação se preciso for
Numa cruzada cívica,
Em defesa da Constituição.

Pois se nada fizermos, se nada dissermos, poderá chegar o dia em que já não poderemos dizer nada.

Reajamos sempre, como tem feito o ministro Marco Aurélio, em defesa do Direito e da ordem Constitucional, ‘AINDA QUE A CASA CAIA’.”

Parabéns ministro Marco Aurélio por ser o novo Cidadão Honorário do Paraná; parabéns à brilhante iniciativa do nosso presidente Hermas Brandão; parabéns, por derradeiro, à Assembléia Legislativa por fazer esta justa homenagem a este brilhante ministro, Marco Aurélio.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Solicito ao senhor deputado Alexandre Curi - 1º secretário deste Poder Legislativo, para que proceda a leitura dos termos do Diploma de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, a ser conferido ao nosso ilustre homenageado ministro do Supremo Tribunal Federal - doutor Marco Aurélio Mendes de Farias Mello.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Alexandre Curi)
(Lê termos do Diploma)

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Esta Presidência tem a mais elevada satisfação em convidar os Exmos. Srs. deputados Caíto Quintana, representando o governador Roberto Requião; e o presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargador Oto Sponholz, para que procedam a entrega do Título de Cidadão Honorário do Paraná ao nosso ilustre homenageado.

(Procede à entrega do Título de Cidadão Honorário ao Sr. Marco Aurélio Mendes de Farias Mello - ministro do Supremo Tribunal Federal, homenageado)

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Esta Presidência tem a mais elevada satisfação em conceder à palavra ao mais novo Cidadão Honorário do

Estado do Paraná, doutor Marco Aurélio Mendes de Farias Mello - ministro do Supremo Tribunal Federal.

O SR. MARCO AURÉLIO MENDES DE FARIAS MELLO

Exmo. Sr. presidente da Assembléia Legislativa Hermas Brandão; Exmo. Sr. Caíto Quintana, secretário chefe da Casa Civil, representando o Exmo. Sr. governador Roberto Requião; Sr. Sérgio Botto de Lacerda, procurador Geral do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Fernando Eizo Ono, presidente do Tribunal Regional do trabalho da 9ª Região; Exmo. Sr. Henrique Naigeboren, presidente do Tribunal de Contas do Paraná; Exma. Sra. Maria Teresa Ville - procuradora Geral de Justiça do Estado do Paraná; Exma. Sra. Morgana de Almeida Richa, juíza Presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho da 9ª Região; Exmo. Sr. deputado Alexandre Curi, 1º secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Chico Noroeste, 2º secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Permitam que manifeste os mais sinceros e efusivos agradecimentos pela elevada honra de ser agraciado com o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná. A ocasião é das mais significativas, porque, se normalmente já é um privilégio usufruir, nesta Casa, da companhia de brasileiros da mais alta estirpe, quanto maior não será a satisfação de nela permanecer para participar de um evento dessa envergadura.

Sim, caríssimos deputados, é com voz tonitruante que afirmo a honra de ser considerado, em tão elevado grau, filho da terra. Os que já o são naturalmente sabem bem do que estou falando. Mostram nas faces espontâneas o brio saudável, a felicidade ativa de ser partícipe, desde o início e para sempre, da construção de um lugar vocacionado à prosperidade, à organização, à harmonia, à beleza. Um dos Estados que mais cresce no Brasil, o Paraná faz parte da locomotiva que comanda o desenvolvimento econômico e social do País, emanando inegáveis exemplos de dinamismo, liderança, criatividade.

De fato, para onde quer que se olhe, percebem-se em pequenos detalhes ou em grandes obras, cotidianas, irrefutáveis, da notória competência deste povo em edificar um Estado cada vez mais empreendedor, moderno, pujante. As soluções inovadoras, quicá audazes, aqui inventadas para os antigos e intrincados problemas que continuam emperrando a rotina de muitas metrópoles brasileiras, sobejamente comprovam o alto grau de excelência alcançado pela gente habilidosa, educada, cidadã que aqui habita. Basta contemplar Itaipu e identificar nessa obra monumental, que supre o sul de seiva essencial - a energia imprescindível ao crescimento e ao bem-estar - o tamanho da importância do Paraná para o Brasil. E esse é só um exemplo. Seria preciso mais que uma sessão solene para falar da grandeza da agricultura paranaense - um dos celeiros do Brasil - do alto grau de tecnologia alcançado pela indústria, da força do turismo,

fontes inesgotáveis de orgulho e riqueza de um povo que, nas mais mezinhas práticas do dia-a-dia, ensina cidadania para o resto do País.

A história conta que tudo começou quando, no século XVII, foi descoberto por aqui um campo aurífero, precedente ao das Minas Gerais. A febre do ouro, tão típica nessas ocasiões, resultou no povoamento tanto do litoral quanto do interior. Todavia, encontradas as jazidas mineiras, o ouro de Paranaguá perdeu importância. Sobrou às famílias ricas da região, que possuíam grandes extensões de terra, investir na criação de gado, que logo acudiu às necessidades demandadas pelo deslocamento de grandes massas àquelas cidades nascentes. Começou, assim, a justa tradição da gente trabalhadora, determinada e hospitaleira do Paraná. Um a um, foram vencidos todos os óbices. Vieram os colonos, a erva-mate, as estradas-de-ferro integrando portos vitais, como Paranaguá e Santos, autênticas veias a levar o progresso ao País. Superar obstáculos, vencer desafios - é assim até hoje, e assim sempre será. Quem dera houvesse um Paraná em cada região do Brasil. Daí o entusiasmo em agradecer a honraria de que hoje sou alvo. Sim, caríssimos deputados, condescendentes que tanto me estimulam com a presença, a ocasião é especialíssima, dessas que, dada a peculiar feição afetiva de que se revestem, marcam a existência de um ser humano, tornando-as inesquecíveis.

A partir de agora, a celebração deste dia se inclui no rol das situações que conformaram a minha trajetória, principalmente pelo alto significado simbólico. A outorga de um título de cidadania diz com a confirmação do pleno exercício de um sagrado direito/dever que só mais dignifica e engrandece quem verdadeiramente acredita no valor da causa republicana e, por isso, luta sem pestanejar pela consolidação e contínuo aperfeiçoamento do Estado Democrático de Direito.

Por tudo, não há como não me ufanar de irmanar-me, oficialmente, doravante, a uma gente que se distingue tanto pelo arrojo quanto pela cordialidade, tanto pela decidida seriedade quanto pela alegria, tanto pela

solidariedade sem limites quanto pela tenacidade em vencer até os mais inexpugnáveis desafios da natureza. Sinto-me, sim, paranaense e desse sentimento hei de me vangloriar, em todo o tempo.

Ao me despedir deste excelsa Casa, reitero o apreço que tenho por este aprazível Estado, que sempre me recebeu tão calorosamente, confirmando a tradição acolhedora do lugar. Por estas paragens, o futuro rapidamente se delineia em progresso e bem-estar, evidência incontestada do espírito empreendedor do paranaense, qualidade que o faz titular por merecimento das imensas riquezas que o circundam. O Paraná é hoje um espelho no qual se deve mirar o País com que sempre sonhamos - um Brasil líder, próspero e, sobretudo, justo. Oxalá esse exemplo vingue. Está mais do que na hora de assumirmos o papel a nós reservado pela história.

Que assim seja.

(Coral faz apresentação musical - “Amapola”)

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Esta Presidência deseja expressar o seu mais profundo agradecimento pela presença das mais altas autoridades Cíveis, Militares, Eclesiásticas e representantes do Corpo Consultar, a banda de música da Polícia Militar do Paraná, o Coral Paraná, bem como os demais presentes, que aqui compareceram, honrando e dignificando o Poder Legislativo Paranaense.

Convido os presentes a ouvirem o Hino Nacional do Paraná, a ser cantado pelo Coral Paraná e executado pela Banda de Música da Polícia Militar do Paraná, após o que estará encerrada a presente Sessão.

(Executa-se o Hino do Paraná)

Levanta-se a Sessão.